

A ANÁLISE CRÍTICA DA INFLUÊNCIA DO PROCESSO DAS INDEPENDÊNCIAS DAS COLÔNIAS PORTUGUESAS O CASO DE GUINÉ-BISSAU

Dabana Namone¹⁸

RESUMO

A influência do processo das independências das colônias portuguesas na África, particularmente em Guiné-Bissau tem sido analisado pela via externa, tendo como marco histórico, dois acontecimentos: (a) A onda das mudanças políticas ocorridas no fim das duas Guerras Mundiais e (b) o contexto político-ideológico motivado pela Guerra Fria. Análises anteriores ignoram a influência dos fatores internos, isto é, a resistência africana à dominação colonial que foi determinante no processo das independências. O objetivo é de analisar a influência desses fatores no processo das independências e criticar a visão unilateral, segundo a qual, essa influência se deu apenas a partir do exterior.

Palavras-chave: Independências. Países lusófonos. Político-ideológico. Guiné-Bissau.

ABSTRACT

The influence of the independences of the Portuguese colonies in Africa, particularly in Guinea-Bissau has been analyzed by external, with the landmark two events: (a) The wave of political changes at the end of the two World Wars and (b) the political-ideological motivated by the Cold War. Previous analyzes ignore the influence of internal factors, its mean, African resistance to colonial domination has been determinates to the process of independences. The aim is to analyze the influence of these factors in the process of independences and criticizing the unilateral view, according to which this influence occurred only from the outside.

Keywords: Independences. Lusophones countries. Political-ideological. Guinea-Bissau.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

18 Mestrando em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (UNESP), namone2006@yahoo.com.br

O processo de independência dos países africanos Língua Oficial Portuguesa (PALOP) começou a aparecer de forma mais intensa, nas décadas de 60 e 70. Foi neste período, sobretudo na década de 70 que começam aparecer estudos aprofundados sobre a situação da colonização no continente africano. Com o surgimento dos estudos pós-coloniais, essas questões começaram a chamar atenção aos pesquisadores, sobretudo nas academias europeias e norte-americanas através de estudantes bolsistas que se radicaram na diáspora. Muitos estudos são voltados para compreender como surgiram os movimentos de libertação, ou seja, quais fatores influenciaram essas revoluções bem como as qualidades dos seus líderes.

Obviamente, os fatores que aparecem com mais frequência nessas literaturas são de ordem externas, entre os quais se destacam: a mudança do panorama sociopolítico mundial decorrente das duas grandes Guerras Mundiais¹⁹ e contexto político-ideológico motivado pela Guerra Fria, como também algumas organizações de caráter político e cultural, entre elas: Partido Comunista Português (PCP), Casa dos Estudantes do Império (CEI)²⁰, entre várias outras. A CEI inspirou a consciência dos estudantes africanos, principalmente dos PALOP fato que se demonstrou pela contribuição literária. Em Moçambique se destacou Eduardo Chivambo Mondlane (formado nas escolas dos Estados Unidos), em Angola, Agostinho Neto (formado em Lisboa e Coimbra em Portugal), em Cabo Verde e Guiné-Bissau foi Amílcar Cabral (formado em Lisboa-Portugal), e em São Tomé e Príncipe foi Manuel Pinto da Costa (formado na Alemanha).

Contudo, muitas das literaturas sobre esse assunto, a que tivemos acesso, em nenhum momento mencionaram a influência dos fatores internos

19 As mudanças ocorridas nas metrópoles com o término da segunda Guerra Mundial e as transformações no sistema capitalista devido à crise provocada pela pressão mundial dos anos 1930 e pela guerra mudaram o eixo dos interesses políticos, econômicos e sociais nas metrópoles. Essas transformações levaram as potências coloniais europeias ao declínio, sem mais capacidade de exercer domínio sobre os impérios africanos, fazendo com que tivessem que mudar também suas posições em relação às colônias. (MENDONÇA, 2004 apud MAURÃO, 2009 p.43).

20 A casa dos estudantes do Império foi criada em 1944 pelo Governo português, numa Assembleia Geral das casas de Angola, Moçambique e Cabo Verde (MATEUS, 1999, p. 66).

nesse processo das independências. Especialmente, a resistência africana à dominação colonial em particular nas colônias portuguesas e, com destaque, na Guiné-Bissau. Procurar-se-á analisar tanto a influência externa como interna ao processo de independência dos PALOP's com destaque Guiné-Bissau, fazendo uma análise crítica à visão que denominamos de “unilateral” que analisa a influência do processo das independências, ou os fatores que serviram de inspiração aos seus líderes, apenas por via externa.

Desta forma, na primeira parte vamos falar da “Influência externa ao processo da independência das colônias portuguesas na África: uma visão hegemônica e unilateral”. Esta parte faz uma abordagem dos fatores externos que inspiraram a consciência dos estudantes africanos, ou seja, os futuros líderes dos movimentos independentistas dos PALOP, destacando os autores que defendem essa visão. Na segunda parte vamos contrapor a visão hegemônica e unilateral externa, fazendo a crítica aos autores que analisam a influência desse processo apenas por via externa, que não levaram em consideração os fatores internos. Num terceiro momento, vamos falar da Resistência à dominação colonial na Guiné-Bissau e sua influência no processo de independência. Esta parte analisa essa resistência, sobretudo, a denominada resistência à Campanha de pacificação e sua contribuição no processo de luta pela independência.

INFLUÊNCIA EXTERNA AO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DAS COLÔNIAS PORTUGUESAS NA ÁFRICA: UMA VISÃO HEGEMÔNICA E UNILATERAL

Portugal foi um dos primeiros países europeus a conhecer e a explorar África, mas pelo fraco desenvolvimento industrial e militar, o país perdeu muitas colônias. Sendo assim, o domínio colonial Português manteve-se em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe PALOP até aos movimentos independentistas de 1974/75 que triunfaram após a queda do regime ditatorial Português de António de Oliveira Salazar e Marcello Caetano.

Depois de vários séculos de exploração os africanos começaram a despertar a “consciência africana” resistindo de todas as formas contra o sistema colonial. Segundo Ki-Zerbo (2006, p.25) “os colonizadores prepararam um assalto à nossa história. O pacto colonial queria que os países africanos produzissem apenas produtos em bruto, matérias-primas a enviar para o Norte, para a indústria europeia.” A resistência dos africanos, em particular dos PALOP culminou com o alcance das independências a partir de 1973 e 1975.

Mas, a influência externa do processo da independência das colônias portuguesas em África, em particular na Guiné-Bissau, inicia-se a partir das décadas de 40, motivada pela onda das mudanças políticas que surgiram depois das duas grandes Guerras mundiais, nas quais um número considerável dos africanos que participaram desses dois grandes episódios como exércitos coloniais foram influenciados pela ideia da liberdade. Contudo, a influência mais visível e sistemática desse processo das independências teve origem a partir do contexto político-ideológico motivado pela Guerra fria, na qual as Organizações das Nações Unidas foi determinante na exigência dos direitos à autodeterminação dos povos, que ainda se encontravam sob dominação colonial. O papel do Bloco Socialista foi relevante nesse processo das independências, bem como as determinações da Conferência de Bandung, realizada em 1955, na Indonésia.

Esta conferência teve como objetivo reunir os dirigentes dos países asiáticos recém-independentes e os líderes dos movimentos independentistas do continente africano, para discutir as questões da descolonização dos territórios ainda sob dominação colonial, etc. (cf. SILVA, 1997). Para além disso, a conferência tinha dez princípios:

- a) Respeito aos direitos fundamentais;
- b) Respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações;
- c) Reconhecimento da igualdade de todas as raças e nações, grandes e pequenas;
- d) Não intervenção e não ingerência nos assuntos internos de outro país (Autodeterminação dos povos);

- e) Respeito pelo direito de cada nação defender-se, individual e coletivamente;
- f) Recusa na participação dos preparativos da defesa coletiva destinada a servir aos interesses particulares das superpotências;
- g) Abstenção de todo ato ou ameaça de agressão, ou do emprego da força, contra a integridade territorial ou a independência política de outro país;
- h) Solução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos (negociações e conciliações, arbitradas por tribunais internacionais);
- i) Estímulo aos interesses mútuos de cooperação e
- j) Respeito pela justiça e obrigações internacionais.

Esses princípios foram muito importantes para o alcance das independências, por que trouxeram a consciência da luta pela independência dos países da lusofonia.

Em Portugal, o processo de independência dos PALOP foi influenciado, segundo afirma Mateus (1999) por algumas organizações de caráter político e cultural como: A Casa dos Estudantes do Império (CEI), Partido Comunista Português (PCP), Movimento de Unidade Democrática ala Juvenil (MUD Juvenil), Clube Marítimo africano, a influência do pensamento marxista, entre outras. Essas organizações incentivavam e apoiavam as manifestações clandestinas dos estudantes africanos das colônias portuguesas a promover as ideias da descolonização dos territórios sob jugo português.

É importante referir que em muitos casos a ideia da independência é vista de forma unilateral (Europa-África). Mas nós entendemos que a referida ideia foi conseguida no sentido contrario, ao apresentado anteriormente, quer dizer, a ideia da independência partiu da resistência dos africanos, neste caso dos guineenses. Isto porque, são eles que sentiam o sofrimento da opressão colonial. Na próxima seção será analisado como se deu essa influência a partir das organizações de caráter político cultural ora mencionadas.

A INFLUÊNCIA POLÍTICA E CULTURAL DOS ESTUDANTES AFRICANOS DAS COLÔNIAS EM PORTUGAL

A libertação dos PALOP está intimamente ligada aos estudantes africanos na diáspora. Amílcar Cabral e os colegas que compreendiam a exploração colonial despertaram a consciência dos demais e se colocavam firmes e autodeterminados no alcance dos seus direitos como humanos, direitos consagrados pelas Nações Unidas. Segundo Mateus (1999), o principal motivo que levou os estudantes das colônias portuguesas a se deslocar de África para a metrópole foi à busca pela formação superior, visto que as colônias não dispunham de universidades. O sistema colonial não permitia que os africanos estudassem até ao ensino superior, os que tiveram acesso à educação colonial a maioria eram ensinados a ler e a escrever. Para aquisição do ensino superior, os africanos tinham que ganhar bolsas para estudar no exterior.

Com efeito, os estudantes africanos uma vez inseridos na sociedade portuguesa, começaram a participar nas reivindicações políticas, pois, o contexto despertou a ideia da liberdade. Sendo assim, formaram organizações estudantis que refletiam a identidade africana e recebiam apoio de várias organizações políticas e culturais, alimentando o espírito de luta e de liberdade. Para Mateus (1999), algumas organizações de carácter político e cultural serviram como inspiradoras desses jovens e futuros líderes independentistas, tais como: CEI, PCP, MUD Juvenil, entre outras. A CEI foi criada pelo governo português como moradia para estudantes oriundos das colônias. O objetivo da sua criação era juntar esses estudantes numa única casa para evitar a sua dispersão e facilitar o controle dos mesmos pelo governo. No entanto, nessa casa nasceu o espírito revolucionário dos jovens estudantes, traduzido através de poemas de reflexão política que escreviam e de reuniões clandestinas que ali faziam, para discutirem sobre a necessidade da criação de movimentos de descolonização dos seus países, entre outros.

Uma das mais importantes organizações político-partidária, que serviu de inspirações aos jovens estudantes e futuros líderes independentistas das colônias portuguesas na África foi o Partido Comunista Português (PCP). Este partido, durante muitos anos foi à única força oposicionista organizada que apoiava as

reivindicações da juventude universitária, das quais os estudantes das colônias africanas participavam ativamente (cf. MATEUS, 1999).

De acordo com Mateus (1999), o partido mostrava sua posição anticolonialista claramente e lutava contra o governo de Salazar. Portanto, era favorável à independência dos países africanos colonizados por Portugal. Razão pela qual essa instituição política acabou por determinar a sua grande influência no seio dos estudantes africanos envolvidos com a ideia de independência de seus países. Por outro lado, a literatura teve uma importância expressiva na divulgação da ideia da liberdade africana. Estudantes africanos escreveram poesias cujo tema era a identidade africana e a negritude. Por isso que,

Durante os anos 1950, Neto, Cabral e Mario de Andrade organizaram secretamente um Centro de Estudos Africanos cujo ambicioso objetivo consistia em promover o estudo dos povos negros colonizados, especialmente através do estudo e da promoção da criação literária africana (MAZRUI, 2010, p. 674).

Sendo assim, “Escritores originários da África e das Antilhas reuniram-se em poesia, para expressarem a dor da separação relativa aos ancestrais e afirmarem o valor da tradição e da autenticidade africanas” (cf. MAZRUI, 2010, p.667). Nesse sentido, a poesia contribuiu para vários encontros e debates sobre a situação das independências dos países africanos. Pretendemos dizer que a poesia trouxe uma contribuição importante na ala intelectual africana, senão vejamos:

Em 1951, duas obras foram publicadas sobre a criação literária – Linha do Horizonte, de Aguinaldo Fonseca (Cabo Verde) e a antologia Poesia em Moçambique, sob a direção de Orlando de Albuquerque e de Víctor Everisto. Entre os vinte e cinco mais célebres escritores de Moçambique representados na obra figuravam Orlando Mendes, Noémia de Sousa e Fonseca Amaral (MAZRUI, 2010, p. 674).

Muitos desses estudantes, sobretudo a primeira geração dos anos 40 e princípio dos anos 50, entre os quais “Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos, Mário Pinto de Andrade e Vasco Cabral, foram vinculados clandestinamente ao PCP e outras organizações afins” (MATEUS, 1999, p. 85).

Esses jovens estudantes, que mais tarde viriam a dirigir os movimentos de independências dos seus países, participavam dos movimentos de caráter cultural em Portugal e em outros países. Na diáspora, os estudantes africanos participavam nos congressos, nos festivais, nos encontros juvenis organizados por MUD da Juventude e outras instituições do mesmo caráter.

Portanto, a influência política e cultural dos estudantes africanos na diáspora teve um papel preponderante na organização e união dos povos africanos na luta pelas independências, isto é, foram os estudantes na diáspora que lideraram as lutas de independências dos seus países. Na Guiné-Bissau temos a citar o ex-estudante Amílcar Cabral, que criou o PAIGC, movimento político que trouxe as independências para Guiné-Bissau e Cabo Verde. Em Angola, por exemplo, o ex-estudante Agostinho Neto, fundou o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), que lutou até ao alcance da independência em 1975. Em Moçambique, Por exemplo, se destacou o Eduardo Mondlane, líder da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e ex-estudante nos Estados Unidos.

Paralelamente a ideia apresentada, há autores, que embora reconhecendo a influência interna do processo das independências dos países africanos, defendem com maior firmeza a influência dos fatores externos, que se pode ver na seção a seguir.

AS PEREGRINAÇÕES EDUCACIONAIS E ADMINISTRATIVAS: A CONQUISTA DAS INDEPENDÊNCIAS AFRICANAS

Segundo Maurão (2009), as mudanças ocorridas nas metrópoles entre finais do século XIX e meados do século XX, com o término da segunda Guerra Mundial e as transformações no sistema capitalista devido à crise provocada pela pressão mundial dos anos 1930 e pela guerra, mudaram o eixo dos interesses políticos, econômicos e sociais nas metrópoles, fazendo com que tivessem que mudar também suas posições em relação às colônias.

Para Maurão (2009), essas transformações, levaram as potências coloniais europeias ao declínio, sem mais capacidade de exercer domínio sobre os impérios africanos. Paralelamente a isso, os movimentos nacionalistas africanos vinham pondo em xeque o sistema colonial pela força da resistência, o que levou as colônias ao processo de independência e constituição de seus Estados Nacionais (MENDONÇA, 2004 apud MAURÃO, 2009 p.43). De acordo com autora,

um dos fatores essenciais que impulsionaram esses movimentos foi os 'sistemas educacionais', implantados nas colônias pelas metrópoles, e também a saída de estudantes para estudar nessas metrópoles, ou mesmo em colônias vizinhas, centrais, para os interesses imperiais, que dispunham de um sistema de ensino mais desenvolvido, com escolas que davam suportes para as outras colônias (MAURÃO, 2009, p.43).

Ao que tudo indica, Anderson (1989, p.128) foi o primeiro autor que defendeu essa ideia, quando analisou a grande importância dos fatores que ele denominou de "peregrinações educacionais e administrativas" dos indivíduos vindos das colônias para estudar e trabalhar nas metrópoles. Para ele, essa mobilidade contribuiu para o surgimento do nacionalismo nos territórios coloniais. Esses estudantes e funcionários das colônias "inteligências bilíngues", isto é, que falam mais de que uma língua faziam as mediações entre a colônia e a metrópole. (ANDERSON apud MAURÃO, 2009).

Maurão (2009) acredita que a passagem de Estado Colonial para Nacional foi muito influenciada por aqueles deslocamentos, ou seja, quando as pessoas mais qualificadas das colônias, as "inteligências bilíngues", chamados pelos colonizadores de "assimilados", foram enviados para estudar ou trabalhar em outras regiões ou cidades, entraram em contatos com outras pessoas, outras culturas, outras línguas. Tal contato fez com que essas "inteligências bilíngues" voltassem a valorizar as suas culturas e começaram a tomar consciência da nacionalidade, dando origem ao processo de conquista das independências de seus países.

O importante a reter aqui é que as independências dos países africanos foi resultado da consciência de estudantes africanos espalhados pelo mundo principalmente em Portugal. Foram eles que trouxeram avanços significativos no sentido de unir os vários movimentos independentistas espalhados. Os PALOP só conseguiram a sua liberdade graças a essa união. Foi uma luta pelos direitos do homem, visando respeitar o direito à vida e à dignidade humana. Segundo Ki-Zerbo (2006,p.130) é uma luta para que as pessoas não sejam queimadas, para que não sejam assadas como se fossem peças de caça [...] é fundamental na luta política , porque são atitudes animais indignas do ser humano, especialmente de um ser humano que pretende ser um homem íntegro.”

Os estudantes africanos trouxeram ideias benéficas ao desenvolvimento endógeno de África assunto que é de extrema importância para o continente. Ki-Zerbo (2006) discute bastante este aspecto. Na base da ideologia colonialista, os africanos despertaram do sono e levantaram revoltas para que os seus países fossem libertos do sistema colonial.

CONTRAPONDO A VISÃO HEGEMÔNICA E UNILATERAL EXTERNA

À semelhança de vários autores que estudam os movimentos de libertação nas colônias portuguesas na África, Mateus (1999, p. 65) admite não ter notícia de que os membros da elite política estudada tenham sofrido em Portugal uma influência para além do período que lá permaneceram. Fato que para nós revela a falta de estudo aprofundado sobre o referido assunto, em especial no que tange ao contexto histórico que originou esse processo das independências.

Pois, se é verdade que em Portugal que os estudantes africanos das colônias receberam a influência do espírito revolucionário e independentista, também não é menos verdade que essa influência decorre do longo processo histórico nas próprias colônias, particularmente no que diz respeito à resistência à invasão colonial.

Nas três ex-colônias portuguesas que a autora pesquisou: Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, com exceção Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe²¹, houve forte resistência contra os colonizadores, que acreditamos ter inspirado a consciência dos futuros líderes independentistas. Embora fatores externos venham também a contribuir posteriormente, ou seja, já existia o sentimento de oposição à colonização.

Em Angola, por exemplo, entre as maiores resistências dirigidas pelos nativos, destacam-se as insurreições de *Muta-ya-kavela*, chefe bailundo, em 1902; a de *Cazuangonongo*, chefe *dembo*, em 1908 e a de *Sihetekela*, chefe *cuamato*, em 1915. Em Moçambique, além do confronto de *Gungunhana* (mais conhecido por rei de Gaza), *Maguiguane*, *Matope* contra os portugueses em 1895, foi registrada também a insurreição de *Chioco*, chefe exilado dos *mwenemutapas*, depois que regressou ao país, em 1897. Vinte anos depois, outro chefe exilado, *Nongwe-Nongwe* regressou para dirigir uma rebelião multiétnica generalizada para libertar o país da administração colonial português (MENDY, 1994, p.49).

No caso específico da antiga Guiné portuguesa, atual Guiné-Bissau, objeto deste trabalho, a referida resistência se deu em forma de recusa ao pagamento de imposto de palhota²², resistência dos chefes locais e de diferentes grupos étnicos à ocupação de seus territórios pelos colonizadores, fuga ao trabalho forçado, resistência à abolição de suas tradições culturais, ritos de iniciação, “*Fanado*”, como é chamado no país, entre outras situações problema. As afirmações anteriores explicam o porquê de o famoso discurso de “Boa Consciência²³”, que os colonizadores atribuem aos africanos, conforme nos ensina Joseph Ki-zerbo, não surtiu efeito positivo no continente africano, pois a resistência mostra prova disso (Ki-zerbo, 2006, p.140).

21 Apesar de ter grande participação tanto, direta ou indiretamente na luta pela independência das outras três colônias, as duas ilhas (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) não enfrentaram a luta armada nos seus territórios.

22 Imposto de palhota era tributo que os portugueses cobravam aos nativos, pelas propriedades destes, sobretudo as casas.

23 O discurso de “Boa Consciência” era justificado pelos colonizadores no sentido de que: “ se os negros não têm alma, podemos submetê-los sempre as ocupações. Se têm alma, o tráfico impõe-se para converte-los e salvá-los”.

RESISTÊNCIA À DOMINAÇÃO COLONIAL NA ANTIGA GUINÉ PORTUGUESA E A SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

Desde sua chegada, no século XV, concretamente em 1446, até a saída forçada em 1974, os portugueses envolveram-se em confrontos com os nativos do território que era chamada Guiné portuguesa atual Guiné-Bissau, a respeito das questões relacionadas à ocupação do espaço territorial, à liberdade, independência e à soberania da população guineense.

O curioso é que desde a sua chegada, os colonialistas tinham estabelecido boas relações com os chefes locais, o que os permitiram fixar no território, estabelecendo trocas comerciais com os chefes da região. Contudo, a atitude violenta, e ao mesmo tempo camuflada, que os imperialistas vinham praticando, encontrou resposta também violenta dos nativos.

Mas apesar desse enfrentamento se tornar mais visível nos finais do século XIX, na verdade, ele é secular, como aparece no texto do cientista político e historiador guineense Peter Karibe Mendy (1994).

Autor afirma que,

depois da restauração da independência de Portugal, em 1640, o esforço determinado de incorporar o território num império informal encontra os chefes locais igualmente decididos a resistir à usurpação dos seus poderes e privilégios (MENDY, 1994, p. 29).

Apesar de tudo, as resistências não descartavam possibilidades de diálogos e estabelecimento dos acordos entre as partes (os colonizadores e os chefes locais), a despeito de todo um processo de comércio dos africanos escravizados, no qual a grande maioria dos chefes locais estabelecia trocas comerciais com os colonizadores, através do conhecido “comércio triangular”.

No final do século XIX, precisamente em 1879, com a Guiné portuguesa agora separada das ilhas de Cabo Verde, das quais era província, os portugueses

adotaram uma nova estratégia da ocupação, baseada na intervenção direta através das lutas internas com os nativos, com o intuito de conquistar o interior do território e introduzir as novas formas de exploração. Todas estas questões, eram influenciadas pela abolição do tráfico escravista e a ocupação militar efetiva. Esta última, ratificada na Conferência de Berlim²⁴ (LOPES, 1987, p. 31-2). Com essa ocupação, o território passou a enfrentar o novo e preocupante cenário, Conhecido como Campanha de Pacificação à resistência dos nativos. Desencadeada de forma mais sistemática na primeira metade do século XX.

Portanto, a resistência a dominação colonial na antiga Guiné portuguesa teve grande contribuição no processo de luta pela independência da Guiné-Bissau e cabo Verde, visto que ela serviu de inspiração para os revolucionários que desencadearam essa luta. No capítulo a seguir, vamos falar da campanha de pacificação à resistência dos nativos, levado a cabo pelos administradores portugueses no território da Guiné-Bissau e como os grupos étnicos locais resistiram a esse episódio.

DA CAMPANHA DE PACIFICAÇÃO À RESISTÊNCIA

A campanha de pacificação foi na verdade um conflito sangrento que os sucessivos governadores da Guiné portuguesa levaram a cabo contra os nativos das diferentes etnias do território. O objetivo dessa campanha era neutralizar, pela força das armas, a resistência dos nativos, que recusavam pagar os impostos de palhotas, resistindo à usurpação dos seus poderes e privilégios e exigindo a liberdade e a soberania dos seus territórios.

Essa resistência se deu em diferentes períodos e localidades, entre os quais podemos destacar:

24 A Conferência de Berlim foi realizada entre 19 de Novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, tendo como objetivo organizar, na forma de regras, a ocupação de África pelas potências coloniais e resultou numa divisão que não respeitou nem a história, nem as relações étnicas e mesmo familiares dos povos desse continente.

(a) a invasão do grupo étnico Papeis de *Itim*, *Antula* e *Bandim* (bairros periféricos da capital Bissau), que uniram com os Balantas de *Cumeré*, para assaltar a praça (centro) da capital. Essa invasão foi registrada em 1893.

(b) A resistência de “Infale Sonco” – rei da etnia *Beafada*, que controlava o território que atualmente compreende grande parte de região de Oio, localizado no norte de Guiné-Bissau. Sonco antes era aliado dos colonizadores, mas depois recusou a obrigação de pagar dos impostos de palhota, por motivos não revelados. Após ter percebido que os colonizadores tentavam invadir o seu território a força, ele reagiu com violência, entrando em confronto direto com os portugueses. Como a resistência era lutar para manter a soberania territorial, Sonco logo conseguiu facilmente mobilizar outros chefes locais próximos a ele, que uniram-se na luta para impedir a invasão dos portugueses. Por outro lado, ele atacou outros chefes locais leais aos colonizadores, como forma de impedir o apoio deles aos portugueses. Também interditou todas as navegações dos colonizadores no rio Geb, com forma de impossibilitar o trânsito marítimo entre a capital Bissau e a segunda capital Bafatá.

(c) Entre 1908 e 1909, os Beafadas de “Quinará” (uma região localizada no sul do país), também reagiram à ocupação dos seus territórios pelos colonizadores e incendiaram as palhotas quase até Bolama, antiga capital de Guiné-Bissau.

(d) Outro grupo étnico, que declarou guerra contra os colonizadores portugueses foi o “*Manjaco*”, que sempre não admitiu a permanência colonial no seu território, localizado na região de Cacheu, norte da Guiné-Bissau.

(e) O grupo étnico “*Balanta*” por seu lado, também resistiu à presença da autoridade portuguesa na sua região, que compreende grande parte de “Oio”, algumas parte de “Cacheu” e “Bafatá”. Apesar dos portugueses terem estabelecidos um posto militar em Porto “Goli”, lugar estratégico deles no Oio, de vez em quando os Balantas preparavam ofensivas silenciosas a este aquartelamento.

(f) Em 1900, o grupo étnico “*Bijagó*”, morador das ilhas do mesmo nome, foi o primeiro a entrar em conflito armado com os portugueses e viria também a ser

último conquistado, isto é, em 1936. Esse grupo, principalmente os habitantes da ilha de “Canhabaque” resistiram durante todo esse período a dominação colonial e ao pagamento do imposto de palhota.

(g) Para além desses grupos étnicos, acima mencionados, os Felupes de Susana e Varela, Oincas de Oio, Fulas pretos de Gabu e outros, registraram fortes resistências ao pagamento do imposto de palhota (cf. MENDY, 1994).

Assim, a situação da Guiné portuguesa permaneceu tensa, durante longo período do tempo. E até “na véspera da proclamação da República portuguesa”, o estabelecimento do poder português na Guiné, continuava sob forte ameaça dos rebeldes, visto que, depois de seis anos que imposto de palhota foi implantado, só era cobrado sob terror e violência excessiva. Unicamente, os Mandingas e Fulas depois de serem arruinados pelos portugueses aceitavam o pagamento dos impostos. As restantes etnias: Balantas, Biafadas, Bijagós, Felupes, Oincas, Manjacos, Nalus, Pepeis e outros grupos menores não pagavam. (MENDY, 1994, p. 209-10).

Essa resistência foi derrotada pelo regime colonial, na pessoa do Governador da Guiné portuguesa da época, João Teixeira Pinto, em 1936. Por possuir fácil acesso a armamento superior e a um número bastante substancial de mercenários africanos, contrariamente aos nativos que não dispunham de espingardas, nem metralhadoras ou artilharia, e em desvantagem, não só de poder de fogo, mas também em número de homens.

Não obstante, “os nativos registraram as vitórias consideráveis e conseguiram adiar a sua conquista final até 1936”. (MENDY, 1994, p. 30). O autor afirma ainda que, apesar dos nativos terem sido derrotados, essa derrota não representava submissão total, pois com o estabelecimento do domínio colonial no interior do território a luta dos subjugados assumiu a forma de resistência passiva, não só contra a exploração e a opressão brutal, mas também contra o imperialismo cultural português.

Para Mendy (1994), a resistência foi determinante para o processo da luta de independência de Guiné-Bissau. Pois essa luta, desencadeada pelo Partido

Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), entre 1963 a 1974, se consolidou graças a uma longa tradição de resistência dos povos de Guiné à dominação colonial portuguesa. O líder do partido PAIGC, Amílcar Cabral reconheceu essa realidade, ao relacionar a luta armada com a cultura. Amílcar considerou que,

a luta de libertação é simultaneamente ‘fato cultural’ e ‘fator da cultura’. Ao eclodir, é na cultura que o movimento de libertação vai buscar o seu fundamento, e é da capacidade dos povos para preservarem a sua identidade cultural que vai receber o seu ‘*élan*’ e sua determinação [...]. A luta mantém no decurso do seu processo relações de reciprocidade com a cultura: desde a escolha, a estruturação e o desenvolvimento dos métodos adequados para a luta, até à atitude e ao comportamento de cada categoria ou de cada indivíduo face à luta e ao se desenrolar (CABRAL apud ANDRADE, 1974, p.29).

Fato cultural, a que Cabral refere, foi na verdade expressado na tradição de resistência à dominação colonial levado a cabo pelos povos em Guiné-Bissau. Embora essa longa tradição de resistência tenha recebido muito pouca atenção e quase não sendo considerada a sua influência como um dos fatores determinantes para o processo de luta pela independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Esta ideologia africana coloca a relação entre a libertação à cultura anteriormente impedida pelo sistema colonial. Sabe-se que muitas manifestações culturais eram impedidas no sistema colonial, porque acreditava-se que despertaria a ideia do “nacionalismo” e da ideia da liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo das independências dos países africanos de língua oficial portuguesa, em particular a Guiné-Bissau teve uma forte influência externa, motivada tanto pela onda de mudanças políticas decorrentes das duas grandes Guerras Mundiais, o contexto da Guerra Fria, a influência do Bloco Socialista, da Conferência de Bandung, como também a influência que os estudantes das antigas colônias portuguesas em África sofreram na metrópole/Portugal. Através das organizações de caráter político e cultural e a influência do pensamento

marxista. Com essa ideia, pretendemos mostrar que africanos que tiveram a oportunidade de estudar na Europa trouxeram a ideia da luta contra o colonialismo na Guiné-Bissau. Amílcar Cabral foi um dos grandes líderes africanos que sensibilizou a ideia da luta pela independência.

Mas, é bom lembrar também que esse processo teve grande contribuição dos fatores internos, tendo como exemplo paradigmático as resistências dos nativos africanos à dominação colonial. Essa resistência, perpassou um período de quase cinco séculos. Houve várias lutas de resistência dos quais citamos os exemplos de Ngungunhane, Mataca, Maguiguane e Tchaka em Moçambique; Abdul Indai, Infali Sonco, Mussa Molo, Moli Boiá, rainha Okinka Pampa e diferentes grupos étnicos da Guiné-Bissau, etc. Usando instrumentos simples, tais como lança, escudo, entre outros mostraram o seu descontentamento pelo regime colonial.

Na antiga Guiné portuguesa, atual Guiné-Bissau, essa “longa tradição de resistência” se manifestava quase em todo território nacional, às vezes, em forma de conflito, às vezes, pacificamente, dependendo do período histórico e do contexto social e cultural.

No entanto, tal acontecimento revela que alguns grupos étnicos e chefes locais, mostraram desde sempre, as suas posições anti-imperialistas, e essa resistência, serviu como exemplo para as elites dirigentes do movimento de luta pela independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Por isso, Amílcar Cabral, líder dirigente do Partido Africano Para Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC) reconheceu a contribuição dessa resistência no processo de luta de libertação na Guiné-Bissau.

Portanto, o fato para qual gostaríamos de chamar atenção é que, ao analisar o processo da luta pelas independências das ex-colônias portuguesas em África, mas particularmente em: Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, sem fazer resgate histórico de como se deu esse processo, seria manter-se preso a uma análise reducionista, pautada numa visão hegemônica que tenta se legitimar como

clássica e que ignora a resistência africana como fator fundamentalmente influente no processo de independência supracitado.

É importante reconhecer a importância das lutas de resistência e das lutas armadas nas ex-colônias portuguesas, pois, cada uma delas contribuiu para a consciência e a vitória contra opressão colonial. A combinação das duas guerras mundiais, que culminou com derrota de Portugal, bem como a resistência dos africanos fez com que Portugal cedesse a independência a Guiné-Bissau e as restantes ex-colônias.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, M. P. **A Guerra do Povo na Guiné-Bissau**. Lisboa: Sá da Costa, 1974.

KI-ZERBO, J. **Para Quando à África**. Rio de Janeiro: Palas, 2006.

LOPES, C. **A Transição Histórica na Guiné-Bissau**. Bissau: INEP, 1987.

MATEUS, D. C. **A Luta pela Independência: A Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC**. Portugal: Inquérito, 1999.

MAURÃO, D. E. **Identidade em Transito: África “na pasajen” identidades e nacionalidades guineenses e cabo-verdianas**. Campinas: Arte Escrita, 2009.

MAZRUI, A. A. O desenvolvimento da literatura moderna. In_____. (org.) **História geral de África: África desde 1935**. v. 8. Brasília: UNESCO, 2010. pp. 663-696.

MENDY, P. K. **Colonialismo Português em África: A Transição de Resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)**. Bissau: INEP, 1994.

SILVA, A. E. D. **A Independência da Guiné-Bissau e a Descolonização Portuguesa: Estudo de História, Direito e Política**. Porto: Afrontamento, 1997.